

**TRABALHO E PRODUÇÃO ASSOCIADA EM COMUNIDADES TRADICIONAIS:  
EXPERIÊNCIAS DE EXISTÊNCIAS E RESISTÊNCIAS**

**TRABAJO Y PRODUCCIÓN ASOCIADA EN COMUNIDADES TRADICIONALES:  
EXPERIENCIAS DE EXISTENCIAS Y RESISTENCIAS**

**WORK AND ASSOCIATED PRODUCTION ON TRADITIONAL COMMUNITIES:  
EXPERIENCES OF EXISTENCE AND RESISTANCE**

Ana Paula Bistaffa de Monlevade<sup>1</sup>

Edson Caetano<sup>2</sup>

**Resumo:** O trabalho livre e associado é rememorado/experenciado em diversas comunidades tradicionais espalhadas pelo Brasil, bem como no estado do Mato Grosso. Tratam-se de exemplos de formas autogestionárias, coletivas, solidárias e cooperativas de produção da existência em que trabalhadoras e trabalhadores buscam resistir ao individualismo, ao mercado, à competição e à maximização dos lucros, demonstrando que possuem uma específica concepção de mundo e de trabalho. Assim, a partir do materialismo histórico dialético, o presente escrito tem como objetivo refletir acerca de experiências de existências e resistências frente ao capital de comunidades tradicionais localizadas no Mato Grosso.

**Palavras-chave:** Trabalho; Produção Associada; Comunidade Tradicional.

**Resumen:** El trabajo libre y asociado es rememorado/experenciado en diversas comunidades tradicionales esparcidas por Brasil, así como en el estado de Mato Grosso. Se trata de ejemplos de formas autogestionarias, colectivas, solidarias y cooperativas de producción de la existencia en que trabajadoras y trabajadores intentan resistir al individualismo, al sistema de mercado, la competencia y la maximización de los beneficios, dándoles una concepción de mundo y de trabajo muy particular. Así, a partir del materialismo histórico dialéctico, el presente escrito tiene como objetivo reflexionar acerca de experiencias de existencias y resistencias frente al capital de comunidades tradicionales localizadas en el Mato Grosso.

**Palabras clave:** Trabajo; Producción Asociada; Comunidad Tradicional.

**Abstract:** The free and associated work is remembered/experienced on many traditional communities spread around Brazil, as well on Mato Grosso. They are examples of self-management, collective, solidarity and cooperatives forms of existence production in which workers looking for resist the individualism, the market, the competition and the maximization of profits, making them own a specific conception of world and work. Therefore, from the historical and dialectical materialism, the present written has the goal to reflect on experiences of existence and resistance in front of capital of traditional communities located on Mato Grosso.

**Key-words:** Work, Associated Production, Traditional Community.

### *Introdução*

O presente texto tem como objetivo refletir acerca de experiências de existências e resistências frente ao capital de comunidades tradicionais localizadas em Mato Grosso, pois parte-se do princípio que mesmo estando inseridas no modo de produção capitalista pautado na maximização do capital, estas comunidades procuram rememorar/experenciar formas de existir e resistir ao individualismo, ao

mercado, à maximização do lucro e a uma organização da produção baseada no valor de troca que transforma o trabalho em algo estranhado e alienado à trabalhadora e/ou ao trabalhador.

Destarte, estas comunidades são consideradas tradicionais por se reconhecerem como grupo, por possuírem sua própria forma de organização e por preservarem historicamente seus costumes e tradições. Porém, é importante observar que a ideia de tradição e de tradicional trazem consigo um sentido pejorativo, o qual as conota como atraso, ignorância e que vai contra tudo aquilo que o sistema capitalista preconiza como ideal, ou seja, produtividade, velocidade e urbanização. Contudo, segundo Cruz (2012, p. 600):

[...] a forma como os movimentos sociais e as comunidades rurais vêm mobilizando esse termo busca ressignificar essa carga pejorativa e estereotipada, acrescentando certa positividade à ideia de tradicional, em muitos sentidos até idealizada; nessa perspectiva, o tradicional não significa o atraso, não se restringe à ideia de tradição ao passado; tem um sentido político-organizativo e apresenta-se como alternativa ao modo de produção a ao modo de vida capitalistas.

Inserem-se nesta categoria povos indígenas, quilombolas, populações agroextrativistas, grupos vinculados aos rios ou ao mar, grupos associados a ecossistemas específicos e grupos associados à agricultura ou à pecuária de subsistência.

Portanto, tendo por referência o objetivo proposto, tem-se o enfoque do materialismo histórico que possibilita uma reflexão dialética, por um lado, sobre a relação existente entre o trabalho e a produção da existência, tendo como base os processos históricos, econômicos, sociais e culturais; e, por outro, sobre uma objetiva realidade concreta.

### *Trabalho e Produção Associada em Comunidades Tradicionais do Estado do Mato Grosso*

Compreendemos que o conceito fundamental para entender o desenvolvimento da sociedade é o trabalho, por ser uma atividade central na história da humanidade e na sua emancipação. A sociedade é resultante do processo pelo qual o ser humano atua sobre a natureza e a transforma por meio do trabalho, estabelecendo relações entre os próprios seres humanos e transformando sua própria natureza, fundando a sociedade. Ou seja, com base em seu legado onto-histórico, é no e a partir do trabalho – o processo pelo qual o ser humano produz a própria vida material – que seus limites naturais são superados, produzindo a si humanamente. “Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza” (MARX, 2014, p. 211).

O trabalho representa ainda a atividade racional humana, atuando sobre bens naturais ou matérias-primas, utilizando-se de instrumentos de produção ou meios de trabalho. Os objetos de trabalho, ou seja, tudo aquilo que atua sobre a atividade econômica, conjugados aos meios de trabalho ou instrumentos, constituem os meios de produção ou as forças produtivas da sociedade. Assim, o trabalho se caracteriza como sendo a ação humana que produz a vida, a produção do próprio ser humano, das relações sociais. Ontologicamente o ser humano se humaniza através do trabalho.

Desta forma, o trabalho constitui a base da afirmação do ser humano como indivíduo ativo, pois é este o momento da reflexão sobre os meios adequados para realizar, na matéria natural, seu objetivo previamente idealizado na consciência. Ou seja, temos o trabalho e seu princípio educativo, temos a relação entre o trabalho e a educação, pois o ser humano intervém transformando a natureza à sua volta, adaptando às suas carências e criando o mundo no qual efetivamente vive. E essas ações são resultantes do desenvolvimento de todas as suas potencialidades, pois para manter e reproduzir a existência, o ser humano depende do trabalho, da atividade prática que proporciona conhecimento, cultura e conscientização, depende deste processo educativo para tornar-se ser humano.

Considerando que a conexão entre trabalho e educação é uma relação de identidade, Saviani (2007, p. 154) complementa dizendo que:

[...] Os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar trabalhando. Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações. A produção da existência implica o desenvolvimento de formas e conteúdos cuja validade é estabelecida pela experiência, o que configura um verdadeiro processo de aprendizagem. Assim, enquanto os elementos não validados pela experiência são afastados, aqueles cuja eficácia e experiência corrobora necessitam ser preservados e transmitidos às novas gerações no interesse da continuidade da espécie.

Neste caso, temos o ato educativo no momento do próprio trabalho. Ou seja, o respectivo processo de concretização do trabalho é educativo, pois saberes são construídos no e pelo trabalho. E justamente por isso, não separamos o trabalho manual do trabalho intelectual, conforme relata Caetano e Neves (2013), uma vez que em uma relação dialética, os homens educam os outros e a si mesmo, pois não há separação entre o fazer e o saber.

Além disso, Frigotto (2005, p. 03), nos explica ainda que o trabalho como princípio educativo é um princípio ético-político.

[...] Dentro desta perspectiva o trabalho é, ao mesmo tempo, um dever e um direito. Dever por ser justo que todos colaborem na produção dos bens materiais, culturais e simbólicos, fundamentais à produção da vida humana. Um direito por ser o ser humano um ser da natureza que necessita estabelecer, por sua ação consciente, um metabolismo com o meio natural transformando em bens para a sua produção e reprodução.

O trabalho é, portanto, a categoria fundamental de distinção entre o ser humano e os animais, o complexo categorial ontológico determinante do caráter próprio da humanidade, pois os seres humanos desenvolvem pela ação consciente do trabalho, pela cultura e pela linguagem, a sua própria existência. Com isso, o trabalho não pode ser reduzido à atividade laborativa ou emprego, mas à produção de todas as dimensões da vida humana. Na sua perspectiva mais importante ele aparece como atividade que responde à produção dos elementos primordiais e incontestáveis à vida biológica dos seres humanos. Simultaneamente, porém, responde às necessidades de sua vida cultural, social, estética, simbólica, lúdica e afetiva. Trata-se de necessidades, ambas, que por serem históricas, assumem especificidades no tempo e no espaço (FRIGOTTO, 2005).

Porém, quando pensamos que o ser humano se realiza pelo trabalho, também admitimos que ele pode “perder-se” nele. Segundo Gadotti (2006, p. 48), “sendo uma necessidade humana, o processo de trabalho que escapar ao domínio do homem aliena o próprio homem”.

Assim, entende-se que o trabalhador não produz mais para si, mas para o capital, por isso não é mais suficiente que ele apenas produza. Ele precisa produzir mais-valia. A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, ela é essencialmente produção de mais-valia. Na divisão social do trabalho, imposta pela burguesia, as massas trabalhadoras alienam sua força de trabalho pelo único direito de sobrevivência, pois aos detentores do capital somente interessa comprar o tempo de trabalho das trabalhadoras e dos trabalhadores disponibilizando, em contrapartida, a menor remuneração possível para que, ao final da jornada de trabalho, seja obtido o maior lucro realizável.

Esse sistema de metabolismo social do capital, segundo Mészáros (2011), é o resultado de um processo produzido historicamente de divisão social hierárquica que insere o trabalho no capital. Assim, a partir das mudanças sociais produzidas pelo próprio ser humano, a sociedade foi se organizando em consequência da respectiva realidade humana e, com isso, concebendo a divisão de tarefas produtivas, ou seja, uma determinada organização social que resultou na ascensão do capitalismo e do pensamento neoliberal que trouxe consequências, como:

1) A organização do trabalho visando a maximização dos lucros significa que o emprego de tempo e energia de uma grande parte das pessoas se dá na realização de trabalhos desagradáveis e nada compensadores. 2) A qualidade e até mesmo a segurança dos bens e serviços frequentemente cederão lugar à maximização dos lucros e aos cortes de gastos. 3) Todos os aspectos da vida que se tornam mercadorias são retirados da esfera da responsabilidade democrática e passam a atender não à vontade do povo, mas às exigências do mercado e do lucro. 4) O capitalismo, com sua ênfase na maximização do lucro e da acumulação de capital, é necessariamente um sistema de produção que destrói e desperdiça. Consome várias quantidades de recursos, atua segundo as exigências de curto prazo do lucro em vez de agir segundo as necessidades de longo prazo do meio ambiente sustentável, e implica constante destruição e desperdício para criar demanda (WOOD, 2003, p. 41).

Desta forma, compreendemos que o modo de produção capitalista se caracteriza como um modo de produção comercial, de mercado, na qual a produção se organiza em função do valor de troca e não mais em função do valor de uso, da utilidade e do consumo dos bens para seus produtores. Ou seja, o trabalho humano torna-se mercadoria neste sistema mercantil.

Isto posto, entendemos que o trabalho sob o capitalismo se torna alienado. É o trabalho no qual a trabalhadora/trabalhador não se reconhece no produto e não se apropria do que faz. Além disso, no capitalismo, a acumulação e o lucro decorrem de uma relação desigual entre a compra e a venda da força de trabalho e entre quem possui o capital e quem possui apenas a força de trabalho. Frigotto (2005, p. 04), relata que “estar de um lado ou de outro não é uma questão de escolha, mas resultado de um processo histórico que precisa ser apreendido”. E esta relutância em entender a exploração ocorre porque o capital compra o tempo e a força de trabalho através de um contrato que parece ser de igualdade e liberdade para as duas partes, mas que na verdade é algo apenas superficial e aparente, pois ilude a trabalhadora e/ou trabalhador. E assim, neste mundo teoricamente mais atraente, existe um profundo processo de interiorização da alienação e dos estranhamentos.

Por fim, o que temos é uma racionalização do processo produtivo caracterizada pelo forte disciplinamento da força de trabalho motivada pela necessidade de instituir formas de capital e de trabalho intensivo.

No entanto, mediante este sistema econômico que mantém o domínio sobre grande parte dos seres sociais e como forma de resistir a esta divisão social do trabalho em que as massas alienam sua força de trabalho pelo único direito de sobreviver, trabalhadoras e trabalhadores continuam buscando (rememorando/experienciando) outras formas de sobrevivência, sendo uma delas através de uma organização do trabalho baseada na propriedade coletiva dos meios de produção, da solidariedade e da cooperação em um modo de produção também chamado de *produção associada*.

Portanto, podemos compreender a produção associada como uma forma de organização historicamente construída pelos seres humanos envolvendo às relações sociais, econômicas e culturais permitindo que trabalhadoras e/ou trabalhadores produzam sua existência de forma livre, coletiva, solidária e autogestionária.

Porém, devemos deixar claro que são inúmeros os conceitos e designações que tentam explicar as diversas formas de trabalho coletivo e que variam de acordo com a perspectiva política e enfoques teóricos, conforme relata Tiriba (2001): economia popular, economia solidária, economia popular solidária e economia da solidariedade e trabalho. No entanto, todas elas referem-se à organização do trabalho de forma autogestionária, coletiva e igualitária.

Enfatizamos que, apesar da existência destas diversas formas de organização popular e suas respectivas conceitualizações e representações, nosso foco neste texto está direcionado à produção associada, possíveis características e significados. Além disso, é importante ressaltar que apesar de se tratar de uma nova terminologia, a produção associada tem sua origem diretamente vinculada ao que Marx relata (2014, p. 100): “[...] suponhamos, finalmente, para variar, uma sociedade de homens livres, que trabalham com meios de produção comuns e empregam suas múltiplas forças individuais de trabalho, conscientemente, como força de trabalho social”, ou seja, ao trabalho associado.

Com isso, entendemos que essas experiências sempre existiram ao longo da história do capitalismo (com caráter de resistência aos modelos de concentração de terra, renda e poder), bem como em sociedades ancestrais/seculares, podendo ser, ainda, encontradas na história do socialismo. No entanto, as mesmas ocupam um lugar na história marcado pelo isolamento e pela pouca repercussão, principalmente depois do desenvolvimento do modelo neoliberal de acumulação de capital. Apesar disso, existem trabalhadoras e trabalhadores que resistem cotidianamente ao individualismo, à competição, à exploração e ao lucro mesmo estando inseridos no modo de produção capitalista (afinal não estão isolados do restante do mundo), pois os mesmos acreditam em uma forma mais justa de organização do trabalho que pode levar à emancipação do capital.

Segundo Caetano e Neves (2014, p. 602), a produção associada<sup>3</sup> é:

[...] uma das estratégias de que os trabalhadores e trabalhadoras pertencentes aos setores populares lançam mão, visando a garantia da reprodução ampliada da vida através de

práticas econômico-sociais e culturais que se diferenciam da racionalidade da economia capitalista.

Já segundo Tonet (2017, p. 06), o trabalho associado possui quatro características identificadoras:

Liberdade, consciência, coletividade e universalidade. É uma forma de trabalho livre porque são os próprios produtores que determinam o que deve ser produzido, como isto deve ser produzido e como deve ser distribuído todo o produto. Não são poderes estranhos e alienados que comandam a produção. É uma forma de trabalho consciente porque, do começo ao fim, todo o processo está sob o expresso controle dos próprios produtores. É uma forma de trabalho coletiva porque implica a colocação em comum das forças individuais, permitindo, assim, multiplicar as forças sociais. É uma forma de trabalho universal porque, dado o estágio de universalização em que a humanidade se encontra, até por obra e graça do capitalismo, tanto a produção como o consumo exigem e permitem a interdependência de todos os espaços mundiais.

Além de que, a produção associada tem como objetivo o valor de uso (atendimento das necessidades humanas) e não o valor de troca. Ademais, não existe a exploração do ser humano por outro ser humano e nem a divisão social do trabalho, pois são as próprias trabalhadoras e trabalhadores que controlam a totalidade do processo buscando a produção da existência e não a reprodução do capital. Desta forma, todas as características constitutivas da produção associada permitem que o trabalho não seja submisso ao capital e muito menos alienante.

Ademais, a produção associada é reconhecida por construir laços sociais com base na confiança, cooperação, solidariedade e reciprocidade. Além de possuir uma gestão coletiva do processo de produção e uma divisão igualitária dos frutos do trabalho.

A produção associada é também a oportunidade das trabalhadoras e trabalhadores resgatarem o sentido do trabalho e restabelecerem a energia que o capital lhes tirou, direcionando-a no sentido de uma organização da produção inspirada na hegemonia do trabalho sobre o capital (TIRIBA, 2006). Bem como, permite mostrar a constante resistência das trabalhadoras e trabalhadores ao trabalho alienado, mostra sua vocação para igualdade social, atualiza a cada novo grupo/associação/unidade de produção os valores de liberdade e igualdade, além de reunir experiência e saberes.

Além disso, podemos entender a produção associada como um modo de produção da existência fundamentado nas mediações de primeira ordem que tem como objetivo preservar as funções vitais de reprodução individual e da totalidade dos seres humanos, pois segundo Castro (2015, p. 43):

[...] cada homem deve trabalhar de acordo com a sua consciência e o trabalho não é o instrumento individual de ganhar a vida, mas sim o meio de toda a sociedade, não os recursos de um indivíduo. Um indivíduo só não pode nada, um indivíduo só vale muito pouco; um indivíduo integrado na força de uma sociedade é tudo.

Enfim, a produção associada permite que as trabalhadoras e os trabalhadores estruturem a sua existência a partir de decisões democráticas e autogestionárias tanto no campo como na cidade, fazendo com que os mesmos possuam o controle dos meios de produção e do processo de trabalho.

Isto pode ser claramente observado em inúmeras comunidades tradicionais espalhadas pelo Brasil e pelo estado do Mato Grosso, como por exemplo, as comunidades relacionadas a seguir:

<b>Comunidade Localização/MT</b>	<b>Principais características</b>	
<b>Capão Verde</b> Município de Poconé	Remanescentes de quilombo	Produção artesanal e coletiva de derivados da banana.
<b>Campina de Pedra</b> Município de Poconé	Remanescentes de quilombo	Cultivo da cana de açúcar e produção coletiva de rapadura.
<b>Nossa Senhora da Guia</b> Município de Cáceres	Morroquianos	Agricultura familiar e a criação de pequenos animais para subsistência; Grupo de mulheres que produz coletivamente bolachas e pães à base da farinha de cumbaru.
<b>Raizama</b> Município de Jangada	Descendentes de povos indígenas	Agricultura familiar e a criação de pequenos animais para subsistência. Produção artesanal e coletiva de farinha de mandioca.
<b>São Benedito</b> Município de Poconé	Remanescentes de quilombo	Agricultura familiar e a criação de pequenos animais para subsistência. Produção artesanal e coletiva de farinha de mandioca.

Estas são consideradas tradicionais pela história, costumes e tradições preservados pelos seus moradores que lá estão há muitas gerações. Herdeiros que se reconhecem pertencentes ao local onde os mais velhos ainda guardam memórias de seus ancestrais.

Para tanto, Brandão e Leal (2012, p. 77) compreendem que a comunidade é o lugar humano da vida:

[...] Desde tempos antigos foi e segue sendo o lugar social arrancado da natureza, ou nela encravado ainda, em que pessoas, famílias e redes de parentes e “comuneiros” reúnem-se para viver suas vidas e dar, entre palavras e gestos, um sentido a ela. Em termos modernos, a comunidade é o lugar da escolha.

Estas comunidades tradicionais possuem características que as tornam diferentes pela maneira de ser e pensar o mundo expressa por seus moradores, como: a relação de dependência da natureza, a forma de manejo da terra, a reduzida acumulação de capital – pois produzem prioritariamente para subsistência –, o pouco uso de tecnologia, a experiência vivida, percebida e herdada de gerações passadas, o trabalho coletivo, a autoidentificação como local e o sentimento de pertencimento, além das simbologias próprias como rituais, mitos, festejos religiosos e a ocupação do território por várias gerações (DIEGUES, 2001).

Observa-se, assim, que as comunidades não se fazem tradicionais apenas por apresentarem aspectos folclóricos de sua cultura, mas sim como estratégia de defesa na qual o modo de existir é dividido entre a relação dependente com o “mundo lá fora” e uma protegida quase-invisibilidade. Quase invisíveis, mas presentes. Enfim, são tradicionais porque são ancestrais, porque são autóctones, são antigas e resistentes. “Porque possuem uma tradição de memória de si mesmos em nome de uma história construída, preservada e narrada no existir em um lugar, por oposição a quem chega de fora” (BRANDÃO; LEAL, 2012, p. 85).

São tradicionais porque representam uma forma de resistência às relações que hoje são construídas a partir de coisas e de trocas de mercadorias e não mais a partir de relações centradas em pessoas e redes de mutualidade.

Existe, na vida em comunidade, um sentimento de afetividade e reciprocidade. Laços que são construídos pelo viver juntos em um mesmo espaço. Isto faz de um lugar uma comunidade, onde

mulheres e homens produzem a vida garantindo sua existência a partir do compartilhamento de um modo de vida.

Uma das principais características dessas comunidades tradicionais, de uma forma geral, é o seu modo de produção que é próprio de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria, onde a dependência do mercado já existe, mas não é total. Por exemplo, as comunidades Raizama e São Benedito que vivem da produção artesanal da farinha de mandioca. Cada comunidade possui uma associação que representa as trabalhadoras e/ou os trabalhadores rurais locais e que organiza coletivamente a produção da farinha. As produções nas farinheiras ocorrem a partir da “Troca de Dia” onde uma família ajuda a outra sem utilizar pagamento em dinheiro por este trabalho, mas sim dispondo do seu tempo para ajudar sabendo que em outra ocasião outras famílias a ajudarão. Observa-se assim, que todo o trabalho nas farinheiras é realizado de forma associada e autogestionária. Estes trabalhadores e trabalhadoras não valorizam o lucro e nem permitem a exploração da força de trabalho do outro, pois toda a produção é pautada na solidariedade que vai além do âmbito material.

Segundo Tiriba e Fischer (2015, p. 420):

O processo de produção associada se caracteriza por reduzida divisão social e técnica, o que propicia ao conjunto da comunidade o conhecimento de todo o processo de trabalho. Os frutos do trabalho são, majoritariamente, para a manutenção da vida material e simbólica das famílias e das comunidades (sobrevivência) – e não para fins de troca mercantil. A relação com a natureza é de intercâmbio e de equilíbrio vital

Assim, observa-se que os laços de pertencimento, solidariedade e compartilhamento são reforçados por serem todos e todas proprietários coletivos da farinheira e por repartirem os frutos do trabalho de forma igualitária. Assim, não há exclusão social e muito menos competitividade.

Além disso, deflui também desta experiência a prática do mutirão ou *muxirum* nas comunidades: Capão Verde, Imbê, Campina de Pedra e Nossa Senhora da Guia. Esta tradição é conduzida pelo sentimento de solidariedade, mas também pelo desejo de realizar o trabalho em menor tempo possível. Segundo Caetano e Neves (2013, p. 266), é um regime de mutualidade “que aumenta a produção, diminui o dispêndio da força física e institui relações de solidariedade, cooperação, amizade, parceria, entre outras”.

Dessa forma, o *muxirum* consiste na reunião de homens, mulheres, jovens e idosos para realizar algum trabalho na comunidade. Ocorre durante a semana ou finais de semana em que realizam atividades como plantar, carpir, colher na roça de uma pessoa, no outro dia na roça de outro e assim por diante. Ou seja, o que com trabalho individual demandaria horas, dias, semanas ou meses para ser finalizado, em contrapartida, com o trabalho coletivo/mutirão é realizado em bem menos tempo, além de ampliar laços e fomentar o sentimento de pertencimento.

De acordo com Tiriba e Fischer (2015, p. 417), “o trabalho de produzir a vida associativamente requer a produção de modos particulares de ser, conhecer e estar no mundo”. Desta forma, é possível observar que estes trabalhadores e trabalhadoras criam/recriam uma forma particular de viver, fundamentada no existir em conjunto, na propriedade comunal, na solidariedade, na conservação dos

costumes e das tradições, na dependência da terra, na coletividade e na cooperação que objetivam a produção de sua existência.

### *Considerações Finais*

O presente texto pode ajudar a compreender como estas trabalhadoras e estes trabalhadores que existem e resistem enquanto comunidades tradicionais continuam buscando (rememorando/experienciando) formas particulares de viver, fundamentadas no existir em conjunto, na solidariedade, na dependência da terra, na coletividade e na cooperação que objetivam a produção da existência de forma associada.

Estas comunidades são diferentes (tanto sua concepção como a representação do mundo) daquelas associadas ao modo de produção capitalista (apesar de serem mediadas pelo capital não são subordinadas a ele) nas quais a força de trabalho e também a natureza já se transformaram em mercadoria.

Ou seja, estas comunidades tradicionais produzem para viver e vivem da forma como decidiram ser/fazer/estar no mundo.

### *Referências*

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues; LEAL, Alessandra. Comunidade Tradicional: conviver, criar, resistir. **Revista da ANPEGE**. Florianópolis, v. 08, n. 09, p. 73-91, jan-jul 2012.
- CAETANO, E.; NEVES, C. E. P. (2014). Entre cheias e vazantes: trabalho, saberes e resistência em comunidades tradicionais da baixada cuiabana. **Revista Educação Pública**. Cuiabá, v. 23, n.53/2, p. 595-613.
- \_\_\_\_\_. Saberes da Produção Associada: implicações e possibilidades. **Revista Trabalho & Educação**. Belo Horizonte, v. 22, n.3, p. 259-274, set./dez. 2013.
- CASTRO, Fidel. **A grande tarefa da revolução consiste em formar o homem novo**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- DIEGUES, A. C. S. (2001). **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 3 ed. São Paulo: HUCITEC.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: FRIGOTTO, Galdêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (Org.). **Ensino Médio Integrado: Concepção e contradição**. São Paulo: Cortez, 2005.
- GADOTTI, Moacir. **Concepção Dialética da Educação: Um Estudo Introdutório**. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- MARX, Karl. **O Capital**. Vol. I. 32 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução: Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. 1 ed. Revista. São Paulo: Boitempo, 2011.
- SAVIANI, Dermerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007.
- TIRIBA, Lia. Cultura do trabalho, produção associada e produção dos saberes. Palestra proferida na I Jornada de Estudos sobre Produção e Legitimação de Saberes para e no Trabalho. **Revista Educação Unisinos**, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Economia Popular e Cultura do Trabalho: Pedagogia(s) da produção associada**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2001.

TIRIBA, Lia; FISCHER, Maria Clara Bueno. Espaços/tempos milenares dos povos e comunidades tradicionais: notas de pesquisa sobre economia, cultura e produção de saberes. **Revista Educação Pública**. Cuiabá, v. 24, n.56/2, p. 405-428, maio/ago. 2015.

TONET, Ivo. **Trabalho Associado e Extinção do Estado**. Disponível em: <[http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/TRABALHO\\_ASSOCIADO\\_E\\_EXTINCAO\\_DO\\_ESTADO.pdf](http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/TRABALHO_ASSOCIADO_E_EXTINCAO_DO_ESTADO.pdf)>. Acesso em 18 de Abril de 2017.

WOOD, Ellen Meiksins. **O que é (anti) capitalismo?** Revista Crítica Marxista. Campinas/SP, n. 17, 2003.

---

### Notas:

- <sup>1</sup> Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Bacharelado em Turismo e especialização em Gestão de Negócios Turísticos pela Faculdades Integradas Cândido Rondon (UNIRONDON) e especialização em Docência no Ensino Superior pelo Instituto Cuiabano de Educação (ICE). Técnica em Turismo e Guia de Turismo pela Escola Técnica Federal de Mato Grosso - ETFMT. Docente do Curso de Eventos, Guia de Turismo e Bacharelado em Turismo do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT - Campus Cuiabá). E mail: anapaulabistaffa@gmail.com
- <sup>2</sup> Possui graduação em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1991), mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1996) e doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2001). Atualmente é Professor Associado II da Universidade Federal de Mato Grosso; Instituto de Educação, Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação. Atua no curso de Graduação em Pedagogia e no Programa de Pós-Graduação em Educação. E mail: caetanoedson@hotmail.com
- <sup>3</sup> São várias as formas de organização da produção associada. Em destaque as cooperativas e as associações. Porém, podemos encontrar também núcleos de base familiar, grupos informais de trabalho coletivo, redes, cooperativas de produção coletiva etc.

Recebido em: 25/07/2017

Aprovado em: 20/10/2017